

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL  
Nº 580.252 - PR (2014/0233873-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**EMBARGANTE** : **TEÓFILO ALVES MARTINS**  
**ADVOGADO** : **WILLYAN ROWER SOARES E OUTRO(S) - PR019887**  
**EMBARGADO** : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**PROCURADOR** : **PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF - PR000000F**  
**INTERES.** : **PEDREIRAS BOSCARDIN LTDA**

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONVERSÃO DE TEMPO COMUM EM ESPECIAL QUANDO O REQUERIMENTO PARA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA TENHA OCORRIDO APÓS A VIGÊNCIA DA LEI N. 9.032/1995. IMPOSSIBILIDADE. ORIENTAÇÃO FIRMADA NO RESP N. 1.310.034/PR, SUBMETIDO AO RITO DO ART. 543-C DO CPC/1973. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMADO COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 168 DO STJ. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA INDEFERIDOS LIMINARMENTE.**

**DECISÃO**

Trata-se de Embargos de Divergência em Agravo em Recurso Especial interpostos por Teófilo Alves Martins contra acórdão proferido pela Segunda Turma, assim ementado (fls. 330-331):

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TEMPO DE SERVIÇO COMUM E ESPECIAL. POSSIBILIDADE DE CONVERSÃO. LEI APLICÁVEL. CRITÉRIO. LEGISLAÇÃO VIGENTE QUANDO PREENCHIDOS OS REQUISITOS PARA A APOSENTADORIA. MATÉRIA DECIDIDA SOB O RITO DO ART. 543-C DO CPC/73. APRECIÇÃO DE ALEGADA VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. INVIABILIDADE, NA VIA ESPECIAL. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. RETIFICAÇÃO, DE OFÍCIO, DE ERRO MATERIAL, NA DECISÃO AGRAVADA. ART. 494, I, DO CPC/2015.

I. Agravo interno interposto contra decisão monocrática publicada em 17/10/2016, que, por sua vez, julgara recurso interposto contra decisão que inadmitira o Recurso Especial, publicada na vigência do CPC/73.

II. Conforme decidido pela Primeira Seção desta Corte, no julgamento do Recurso Especial 1.310.034/PR, submetido ao rito do art. 543-C do CPC/73, "a configuração do tempo especial é de acordo com a lei vigente no momento do labor", ao passo que "a lei vigente por ocasião da aposentadoria é a aplicável ao direito à conversão entre tempos de serviço especial e comum, independentemente do regime jurídico à época da prestação do serviço" (STJ, REsp 1.310.034/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 19/12/2012, julgado sob o rito

do art. 543-C do CPC/73).

III. Por sua vez, o art. 57, § 5º, da Lei 8.213/91, na redação da Lei 9.032/95, "suprimiu a possibilidade de conversão de tempo comum em especial, mantendo apenas a hipótese de conversão de tempo especial em comum (§ 5º O tempo de trabalho exercido sob condições especiais que sejam ou venham a ser consideradas prejudiciais à saúde ou à integridade física será somado, após a respectiva conversão ao tempo de trabalho exercido em atividade comum, segundo critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, para efeito de concessão de qualquer benefício.)" (STJ, EDcl no REsp 1.310.034/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 02/02/2015).

IV. No julgamento dos EDcl nos EDcl no REsp 1.310.034/PR, ficou esclarecido que a tese adotada no julgamento do repetitivo em tela "não viola o direito adquirido, pois o direito à conversão é expectativa que somente se incorpora ao patrimônio jurídico do segurado quando feita a proporção temporal, no momento do jubileamento, entre

Superior Tribunal de Justiça aposentadoria especial (25 anos) e aposentadoria por tempo de contribuição (30 anos, se mulher, e 35 anos, se homem)" (STJ, EDcl nos EDcl no REsp 1.310.034/PR, Rel.

Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 16/11/2015).

V. Ressalva-se a possibilidade de conversão do tempo comum em especial, para fins de concessão de aposentadoria especial, nos casos em que os requisitos para o benefício tenham sido adimplidos antes da vigência da Lei 9.032, de 28/04/95, pois, "segundo as premissas estabelecidas, para que o segurado faça jus à conversão de tempo de serviço comum em especial, é necessário que ele tenha reunido os requisitos para o benefício pretendido antes da Lei n. 9.032/95, de 28/4/95, independentemente do momento em que foi prestado o serviço ou realizado o requerimento" (STJ, AgRg no REsp 1.399.678/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 25/06/2015).

VI. A análise de suposta ofensa a dispositivos constitucionais compete exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, inciso III, da Constituição da República, sendo defeso o seu exame, no âmbito do Recurso Especial, ainda que para fins de prequestionamento, conforme pacífica jurisprudência do STJ.

VII. Agravo interno improvido. Retificação, de ofício, de erro material constante da decisão agravada, nos termos do art. 494, I, do CPC/2015.

A parte embargante insurge-se contra o acórdão embargado que negou a conversão de tempo de serviço (comum em especial) pretendida sob o fundamento de que após a Lei n. 9.032/95 é inviável a conversão do tempo comum em tempo especial com fundamento no que foi decidido no REsp 1.310.034/PR, e assim decidindo divergiu do entendimento adotado pela jurisprudência de ambas as Turmas que compõem a Primeira Seção do STJ (Primeira Turma - AgRg no REsp 487.746, AgRg no AgREsp 455.364 e AgRg no AgREsp 464.070, AgRg no AgREsp 436.240 e Segunda Turmas REsp 1.442.932, AgRg no REsp 457.468, Ag no REsp 436.020) que admitiram a possibilidade de converter o tempo de serviço considerando a legislação vigente à época da prestação dos serviços, considerando o brocardo do *tempus regit actum* (fl. 1.394).

Requer, desse modo, o provimento dos embargos de divergência.

É o relatório. Decido.

Os embargos não reúnem condições de serem processados.

É o relatório. Decido.

Nos termos do verbete n. 168 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, não cabem embargos de divergência quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado.

É o caso dos autos.

Com efeito, a Primeira Seção desta Corte no julgamento do REsp. n. 1.310.034/PR, de relatoria do Ministro Herman Benjamin, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC/1973, fixou a orientação no sentido de não ser possível a conversão do tempo de atividade comum em tempo especial para atividades anteriores à vigência da Lei 9.032/1995, quando o requerimento para concessão de aposentadoria se der após este marco legal.

Desta forma, qualquer divergência até então existente entre as Turmas da Primeira Seção desta Corte, foi pacificada.

Ilustrativamente confirmam-se recentes precedentes desta Corte:

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL. ELETRICIDADE. CONVERSÃO DE TEMPO COMUM EM ESPECIAL. PEDIDO FORMULADO QUANDO JÁ EM VIGOR A LEI N. 9.032/95. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ART. 535, II, DO CPC/1973. NÃO VERIFICADA. RESP N. 1.310.034/PR. IMPOSSIBILIDADE DA CONVERSÃO DE TEMPO COMUM EM ESPECIAL. AUTORIZAÇÃO, TÃO SOMENTE, DA CONVERSÃO DE ESPECIAL PARA COMUM. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA N. 284/STF.

[...]

III - No julgamento do REsp n. 1.310.034/PR, julgado neste Corte sob o regime dos recursos repetitivos, ficou decidida a **impossibilidade da conversão de tempo comum em especial e, apesar de o recorrente insistir que a situação dos autos não se amolda ao mencionado recurso**, não é esta a conclusão a que se chega da atenta leitura dos autos.

IV - Com efeito, **para viabilizar a conversão, imprescindível observar a data em que requerido o jubramento. Na hipótese, o pedido fora formulado quando já em vigor a Lei n. 9.032/95, que deu nova redação ao § 3º do art. 57 da Lei n. 8.213/91 e, consequentemente, revogou a possibilidade de conversão de tempo comum em especial, autorizando, tão somente, a conversão de especial para comum (§ 5º).**

V - Portanto, aos requerimentos efetivados após 28/4/1995 e cujos requisitos para o jubramento somente tenham se implementado a partir de tal marco, fica inviabilizada a conversão de tempo comum em especial para fazer jus à aposentadoria especial, possibilitando, contudo, a conversão de especial para comum.

VI - Observe-se, contudo, que deve ser mantido, como deferido na origem, o reconhecimento dos períodos trabalhados em condições especiais, de modo que são incólumes os fundamentos do acórdão que reconheceram ao segurado o período trabalhado em condições especiais.

[...]

X - Agravo interno improvido. (AgInt nos EDcl nos EDcl no REsp 1.617.254/RS, Rel. Min. Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 29/10/2018 - destacamos)

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.APOSENTADORIA ESPECIAL. COISA JULGADA. TEMPO ESPECIAL. REQUISITOS. CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO COMUM EM ESPECIAL. MATÉRIA

REPETITIVA. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. REAFIRMAÇÃO DA DER. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ

1. O entendimento do Tribunal de origem é pela incidência da coisa julgada quando, decorrido o prazo para discussão da matéria ajuizada, se busca novo exame da questão.
2. Impossibilidade de conversão de tempo comum em especial quando não considerado o período de atividade especial. A limitação da conversão é até a alteração legislativa promovida pela Lei n. 9.032/1995, conforme entendimento desta Corte Superior no repetitivo - REsp 1.310.034.
3. Inviabilidade da discussão em recurso especial acerca de suposta ofensa a dispositivo constitucional, porquanto seu exame é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, segundo dispõe o art. 102, III, da Constituição Federal.
4. Inaplicabilidade da reafirmação da DER devido à impossibilidade de aferir tempo suficiente para garantir o benefício.
5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1.054.377/PR, Rel. Min. Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 31/10/2018)

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. ATIVIDADE ESPECIAL. CONVERSÃO DE TEMPO COMUM EM ESPECIAL. APLICAÇÃO DA LEI VIGENTE À ÉPOCA DA APOSENTADORIA. MATÉRIA DECIDIDA EM RECURSO ESPECIAL SUBMETIDO À SISTEMÁTICA DO ART. 543-C DO CPC. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. HONORÁRIOS RECURSAIS. NÃO CABIMENTO. AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO FUNDAMENTADA NAS SÚMULAS 83 E 568/STJ (PRECEDENTE JULGADO SOB O REGIME DA REPERCUSSÃO GERAL, SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS OU QUANDO HÁ JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA SOBRE O TEMA). MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. CABIMENTO.

[...]

**II - Esta Corte, ao julgar o Recurso Especial n. 1.310.034/PR, submetido ao rito do art. 543-C, firmou entendimento segundo o qual se aplica ao direito de conversão entre tempo especial e comum a lei em vigor à época da aposentadoria, independentemente do período no qual as atividades foram exercidas pelo segurado.**

**III - Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.**

**IV - Honorários recursais. Não cabimento. V - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero desprovimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação.**

**VI - Considera-se manifestamente improcedente e enseja a aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015 nos casos em que o Agravo Interno foi interposto contra decisão fundamentada em precedente julgado sob o regime da Repercussão Geral, sob o rito dos Recursos Repetitivos ou quando há jurisprudência pacífica da 1ª Seção.**

**VII - Agravo Interno improvido, com aplicação de multa de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa. (AgInt no REsp 1.546.215/RS,**

Rel. Min. Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 2/8/2018 - destacamos)

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA ESPECIAL. INVIABILIDADE DE CONVERSÃO DE TEMPO COMUM EM ESPECIAL QUANDO O REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO OCORRER NA VIGÊNCIA DA LEI 9.032/1995. RESP. 1.310.034/PR REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA, REL. MIN. HERMAN BENJAMIN. RESSALVA DO PONTO DE VISTA DO RELATOR. AGRAVO INTERNO DA PARTE SEGURADA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

[...]

3. Contudo, esta Corte no julgamento do REsp. 1.310.034/PR, de relatoria do eminente Ministro HERMAN BENJAMIN, julgado sob o rito dos Recursos Representativos da Controvérsia, consolidou a orientação de que não é possível a conversão do tempo de atividade comum em tempo especial para atividades anteriores à vigência da Lei 9.032/1995, quando o requerimento é realizado apenas após este marco legal.

4. Agravo Interno do Segurado a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1.452.952/PR, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 6/3/2018 - destacamos)

PREVIDENCIÁRIO. CONVERSÃO DE TEMPO COMUM EM ESPECIAL APÓS A LEI N. 9.032/1995. IMPOSSIBILIDADE.

1. No Recurso Especial n. 1.310.034/PR, submetido ao regime dos recursos repetitivos, Relator Min. Herman Benjamin, ficou decidido que, **para viabilizar a conversão do tempo de serviço, mostra-se imprescindível observar a data em que requerida a aposentadoria.**

2. **Hipótese em que o requerimento administrativo foi formulado quando já em vigor a Lei n. 9.032/95, que deu nova redação ao § 3º do art. 57 da Lei n. 8.213/1991 e, consequentemente, revogou a possibilidade de conversão de tempo comum em especial, autorizando, tão somente, a conversão de especial em comum.**

3. O recurso especial não é remédio processual adequado para conhecer de irresignação fundada em suposta afronta a preceito constitucional, sendo essa atribuição da Suprema Corte, em sede de recurso extraordinário (art. 102, III, da CF).

4. Agravo interno desprovido, com aplicação de multa. (AgInt no AREsp 544.762/PR, Rel. Min. Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 19/2/2018 - destacamos)

Com isto, verifica-se que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido do entendimento adotado pelo acórdão embargado de divergência, o que torna incabível o presente recurso. Aplicável ao caso o enunciado Súmula 168/STJ, que dispõe que *não cabem Embargos de Divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado.*

Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. CONVERSÃO DE TEMPO COMUM EM ESPECIAL APÓS A LEI N. 9.032/1995. IMPOSSIBILIDADE. RESP N. 1.310.034/PR, SUBMETIDO AO RITO DO ART. 543-C DO CPC/1973. ACÓRDÃO RECORRIDO CONFORME A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA N. 168/STJ.

I - O presente feito decorre de ação ajuizada contra o Instituto Nacional do Seguro Social, objetivando conversão de benefício previdenciário. Na sentença, julgou-se procedente o pedido. No Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a sentença foi parcialmente reformada.

II - Os embargos de divergência foram interpostos contra decisão proferida em recurso especial em que se adotou o entendimento firmado no 1.310.034/PR, Rel. Min. Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 19/12/2012, segundo o qual **é a lei vigente por ocasião da aposentadoria a aplicável ao direito à conversão entre tempos de serviço especial e comum, independentemente do regime jurídico à época da prestação do serviço.**

III - A deliberação sobre tema repetitivo tem como objeto decidir de uma única vez questão em que se evidencia a multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito, exatamente com o intuito de deliberar de uma só vez sobre a matéria respectiva, firmando entendimento que deve ser seguido, inclusive pela instância ordinária (art. 543-C, § 7º).

IV - Nesse panorama, é de todo **inviável a interposição de embargos de divergência em autos de recurso especial representativo da controvérsia, sendo aplicável à hipótese, o enunciado da Súmula n. 168/STJ**, segundo a qual, "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado". A propósito: AgInt nos EREsp n. 1.454.962/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, CORTE ESPECIAL, julgado em 21/3/2018, DJe 4/4/2018; AgInt nos EAREsp n. 969.109/RS, Rel. Ministra ASSUETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/3/2018, DJe 20/3/2018 e AgInt nos EREsp n. 1.570.684/CE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 26/4/2017, DJe 3/5/2017.

V - Gize-se, ainda, por oportuno, que, para a aplicação de precedente firmado sob o rito dos repetitivos, não é necessário aguardar o trânsito em julgado. Nesse sentido: AgInt no REsp n. 1.562.596/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/2/2018, DJe 26/2/2018.

VI - Agravo interno improvido. (AgInt nos EREsp 1.408.483/PR, Rel. Min. Francisco Falcão, Primeira Seção, DJe 04/12/2018 - destacamos)

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. CONVERSÃO DE TEMPO COMUM EM ESPECIAL. APOSENTADORIA REQUERIDA APÓS A LEI N. 9.032/1995. DIVERGÊNCIA. AUSÊNCIA.

1. Inexistente entendimento diverso no âmbito da Primeira Seção acerca da ausência do direito à conversão de tempo de serviço comum em especial após a edição da Lei n. 9.032/1995, é mister a manutenção do decisum que indeferiu os presentes embargos de divergência, em observância da orientação contida na Súmula 168 do STJ.

2. Agravo interno desprovido. (AgInt nos EAREsp 692.269/PR, Rel. Min. Gurgel de Faria, Primeira Seção, DJe 25/10/2018 - destacamos)

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, XVIII e 266-C do RI/STJ, indefiro liminarmente os embargos de divergência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**

Relator

